

**Inventário sob forma de fichário.
Paixão e compaixão: militância e objetividade
na pesquisa antropológica ***

Heloísa Pontes
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO: Propõe-se a pensar sobre a pertinência do debate em torno da objetividade nas ciências sociais, a partir da posição delicada do sujeito cognoscente que é, simultaneamente, sujeito e objeto de sua investigação. Reflete os problemas enfrentados pela autora, que, por breve período, estava inserida num movimento que ela própria começara a estudar. A possível saída para este problema estaria na reflexão meticulosa, por parte do antropólogo e do sociólogo, sobre a construção do objeto de pesquisa em questão.

PALAVRAS-CHAVE: objetividade, construção do objeto de pesquisa, relação sujeito—objeto, sujeito cognoscente.

A razão desse texto deve-se à pesquisa que realizei, entre 1982 e 1985, sobre o movimento feminista brasileiro, a partir de um estudo de caso e de uma etnografia detalhada do grupo SOS-Mulher (SP), criado em outubro de 1980 com o objetivo de prestar ajuda, serviços e solidarie-

dade às mulheres vítimas da violência “masculina”.¹ O fato de ter realizado esta pesquisa, no entanto, não me “habilita” *a priori* a estar aqui hoje. A razão desse texto deve-se, pois, à particularidade da minha situação no período em que desenvolvi a investigação. Por um momento inicial fui ao mesmo tempo pesquisadora e militante do movimento feminista.

Este texto deverá então centrar-se nas questões e problemas decorrentes dessa dupla inserção e dos deslocamentos que realizei, em vários sentidos e direções, entre esses dois universos, regidos por lógicas, expectativas e demandas distintas e muitas vezes antagônicas: o universo acadêmico e o universo próprio da militância política. A questão central que permeou minha experiência pode ser traduzida nos seguintes termos: como enfrentar a objetividade e os problemas éticos subjacentes a uma pesquisa em que a pesquisadora é parte do objeto que pretende analisar?

Gostaria de refletir sobre essas questões a partir de um caminho outro, distinto em muitos sentidos da minha trajetória pessoal. Ou melhor, gostaria de iniciar este texto pela questão mais ampla da objetividade posta para as ciências sociais, para, em um segundo momento, refletir sobre a maneira pela qual uma certa parcela de cientistas sociais, comprometidos ideologicamente com seus objetos de estudo, enfrentou a questão da objetividade em suas pesquisas. A intenção é mostrar que o meu caso pessoal, como pesquisadora e militante, dissolve-se em um contexto mais geral e, simultaneamente, preciso do debate intelectual e político travado na década de 70 e início dos anos 80. Qual seja: o debate sobre a questão da natureza, dos objetivos e da objetividade da pesquisa e da produção científica que, no caso brasileiro, ocorreram junto com a eclosão de uma série de movimentos sociais.

Meu propósito, ao focalizar a atenção na questão da objetividade do conhecimento produzido pelas ciências sociais, não é o de discutir aqui sua viabilidade – discussão infundável e, na maior parte das ve-

zes, decepcionante do ponto de vista intelectual. Pretendo, isto sim, pensar sobre a sua *pertinência*. A questão da objetividade nas ciências sociais implica e conecta-se a uma outra questão: a da *construção do objeto* de estudo. Falar sobre a objetividade é falar também sobre o trabalho intelectual específico que todo cientista social enfrenta – ou deve enfrentar – em algum momento de sua produção. Se a sociologia e a antropologia são ciências (supondo que aqui neste seminário uma parcela de seus integrantes, talvez reduzida nestes tempos de pós-modernidade, ainda compartilhe desta convicção) é porque são, antes de tudo, instrumentos poderosos de *socioanálise*. Mas para garantir-lhes esta dimensão é preciso que os sociólogos e os antropólogos – para além das particularidades de seus campos disciplinares – estejam atentos a duas posturas igualmente insatisfatórias, do ponto de vista científico, que atravessam e rodam seu ofício. Eles não devem se contentar nem com a visão objetivista, na qual o cientista social sobrevoa seu objeto como se fosse um observador absoluto, um espectador soberano e imparcial; nem com a visão perspectivista, que se satisfaz, com alta dose de autocomplacência, em registrar a diversidade das coisas, sem estabelecer uma hierarquia entre elas, como se fossem equivalentes e, portanto, incomensuráveis.

Mas como não incorrer ou ao menos entrever os problemas advindos dessas duas perspectivas, de forma a garantir à sociologia e à antropologia suas dimensões específicas de socioanálise? Para tanto, parece ser absolutamente necessário que os cientistas sociais reflitam sobre a maneira como constroem intelectualmente seus objetos de estudo. Vou me valer aqui do exemplo de Pierre Bourdieu, a partir de sua introdução ao livro *Homo academicus*. Nesta introdução, intitulada *Un "livre à bruler"*, Bourdieu explicita o propósito de seu trabalho: fazer uma sociologia de sistema universitário francês, na linha dos estudos que empreendem uma sociologia do campo intelectual.

Por ser um produto desse sistema (isto é, um agente particular situado em um de seus pólos e sujeito aos imperativos, conscientes e incons-

cientes, de sua lógica e de sua estrutura) e, ao mesmo tempo, um pesquisador interessado em conhecê-lo cientificamente, Bourdieu leva o desafio da análise sociológica às últimas conseqüências. De que maneira? Ao fazer uma reflexão extremamente aguda sobre a construção do objeto de seu livro. Longe de ser um apêndice da análise, esta reflexão aparece como a condição primeira para que ela possa efetivar-se. Como insiste o sociólogo para se “*compreender objetivamente o mundo em que se vive é necessário compreender a lógica desta compreensão*”.²

Diferentemente de Lévi-Strauss que, no arrolamento da série quase ilimitada de objetos da etnografia, inclui “toda sociedade diferente da nossa, todo grupo de nossa própria sociedade, desde que não seja o de que saímos, e todo costume desse mesmo grupo ao qual não aderimos”,³ Bourdieu não só elege como objeto o grupo ou, para dizer nos seus termos, o campo do qual faz parte, como reivindica a importância epistemológica de tal empreitada. A seu ver, “uma ciência social armada do conhecimento científico de suas determinações sociais constitui a arma mais potente contra a ciência normal e contra a confiança positivista, que representa o obstáculo mais perigoso ao progresso da ciência”.⁴

Uma das maneiras de circunscrever analiticamente as determinações sociais que presidem a constituição e o desenvolvimento das ciências sociais é a de situá-las no interior do campo intelectual e universitário. E é nesta direção que a análise de Bourdieu caminha. Mas, como o propósito desta comunicação não é o sistema universitário, quero apenas deixar indicada a maneira pela qual o sociólogo francês problematiza a questão da objetividade (evidentemente de forma bem mais complexa do que a sugerida aqui). Passo, a seguir, a focalizar a discussão sobre a objetividade tal como enfrentada pelos cientistas sociais brasileiros que estudaram temas e objetos dos quais participavam também como militantes. Espero no final desta comunicação estabelecer algumas mediações entre essas duas maneiras de abordar a questão.

Enquanto para Bourdieu a questão de objetivar a objetivação aparece como condição central para que a análise possa se realizar em

moldes científicos, para uma parcela dos cientistas sociais brasileiros que se dedicaram à investigação dos movimentos sociais emergentes na década de 70 a questão da objetividade era problematizada em outros termos. A preocupação central desses cientistas era questionar sua possibilidade, pertinência e viabilidade. Os cientistas sociais que pautavam seu trabalho acadêmico pela perspectiva de “dar voz” às categorias sociais oprimidas e subalternizadas incitavam estas categorias a produzir seus próprios instrumentos de reflexão, com a finalidade de que elas compreendessem e tornassem públicas as condições de discriminação e de exploração diversas a que se encontravam expostas. Pois só assim, suponha-se, elas deixariam de ser “objetos” da ciência e da política tradicional e se transformariam em “sujeitos”.

Pode-se dizer, de maneira bastante simplificadora, que havia uma crença de que todos os males políticos e “epistemológicos” se resolveriam a partir do momento em que, por exemplo, as mulheres, os homossexuais, os negros e os trabalhadores passassem a ser os produtores de suas próprias falas. Não mais uma fala *sobre* e sim uma *enunciação de*. Os adeptos desta concepção pareciam acreditar, não sem uma certa dose de autocomplacência, que se bem praticada ela seria capaz de solucionar, de um só golpe, os problemas das “minorias” e dos “oprimidos” em geral. E os cientistas sociais, ou aspirantes a tal, nesse contexto? Vários deles foram artífices desse discurso e de sua fundamentação. Como se ao trabalho intelectual, uma vez diluída sua especificidade, coubesse apenas o papel de instrumentalizar e acelerar tal transformação. Este foi inicialmente o meu caso.

Comecei a pesquisar o movimento feminista munida desse dispositivo discursivo e da certeza de que não só poderia como deveria fazer uma análise do feminismo sem abrir mão da minha condição de militante feminista. Era uma devota praticante dessa “ética da transparência”. As desventuras, impasses e conseqüências dessa adesão não tardaram, porém, a aparecer. A pretensão inicial de construir como

objeto de estudo um movimento social, do qual não apenas participava como aderira ideologicamente, revelou-se em pouco tempo inexecutável. Em primeiro lugar, me vi presa numa “armadilha positivista”.⁵ Ao propor uma pesquisa orientada pela perspectiva de dar “voz aos oprimidos”, percebi que a identificação subjetiva e política com as integrantes do movimento conduzia-me não à elaboração de uma análise antropológica sobre o feminismo, mas antes à reafirmação, travestida de cientificidade, das categorias e explicações “nativas”, isto é, feministas. E mais: conduzia-me a uma forma de pesquisa mais próxima da “participação observante” do que da observação participante. O que, ao contrário das expectativas e pretensões iniciais, não me levava a uma compreensão mais alargada das práticas feministas e sim à formulação de uma reflexão tautológica.

A adesão ao meu objeto de pesquisa, se mantida, me impediria não só de analisá-lo, como me conduziria a uma situação de “liminaridade”. Como de fato aconteceu. No movimento feminista passei a ser reconhecida, antes de tudo, como uma “acadêmica” e no “circuito antropológico” como uma “pesquisadora pela metade”, fruto do meu “engajamento”. E como estar em lugar algum é ao mesmo tempo estar no pior dos mundos, me afastei do feminismo e da pesquisa que pretendia realizar. Com o risco e o horror de fazer deste texto a exposição dos meus percalços, passo direto ao ponto em que ele pode ter algum interesse para o leitor.

Em 1982, retomei a idéia de estudar o movimento feminista a partir de uma perspectiva e de preocupações distintas das originais, e entrei em contato com as feministas do grupo SOS-Mulher de São Paulo. Expus a elas a minha vontade de fazer uma pesquisa sobre o grupo e suas práticas. Isto provocou uma grande polêmica. Para algumas feministas, a pesquisa, por ser um trabalho acadêmico que seria assinado por uma única pessoa, significava uma apropriação indevida de uma prática coletiva e anônima (e a prevenção à academia era muito grande no SOS, como aliás parece ser em todos os movimentos sociais de

tipo alternativo). Alegaram que determinados assuntos e questões que poderiam vir a ser discutidos em meu trabalho talvez tivessem implicações negativas para o grupo e para o feminismo de uma maneira geral. Por esta razão, alguns dados e informações sobre o SOS-Mulher não deveriam ser expostos publicamente. Frases do tipo “estou me sentindo invadida com a sua pesquisa, me sentindo cobaia”, ou “você pode acabar discutindo coisas que não são interessantes para a gente e para o movimento feminista” foram ditas com a intenção de pôr em questão a legitimidade de minha inserção, como pesquisadora, no grupo. Outras, porém, defenderam a pesquisa por acreditar que ela poderia ser um serviço prestado ao movimento, em função do registro de sua história.

Minha permanência no SOS-Mulher foi motivo de conflitos e desentendimentos para suas integrantes, que não tinham uma posição consensual a respeito da pertinência ou não da pesquisa, que acabei por realizar. O fato de ser, ao mesmo tempo, participante do grupo e pesquisadora foi apreendido pela maioria das feministas como uma ambigüidade que precisava ser desfeita. Na medida em que me diferenciava do restante das militantes, rompia com uma dimensão fundamental do feminismo, qual seja, a tentativa de construir uma igualdade simbólica entre as mulheres, por meio do compartilhar coletivo de experiências comuns de discriminação e opressão.

Durante todo o decorrer do primeiro ano em que estive presente no SOS, fui vista, quase sempre, como observadora, raramente como militante, apesar de participar assiduamente de todas as atividades promovidas pelo grupo. O fato de falar pouco e de escutar muito era entendido como uma manifestação de “poder”, na medida em que não me “expunha” da mesma maneira que o restante das participantes nem tinha a mesma ligação afetiva e subjetiva com o grupo. Além disso, quando por vezes apresentava sugestões e temas para o debate, identificavam essa atitude como uma tentativa de dirigir as discussões de acordo com os interesses de minha pesquisa.

À medida que o tempo passava, no entanto, minha presença e o fato de estar realizando a pesquisa se diluíram, no sentido de que não provocavam mais os problemas e inquietações anteriores. Nunca cheguei a ser reconhecida como alguém de “dentro”, mas também deixei de ser vista como sendo inteiramente de “fora”. Esta percepção das feministas correspondia de fato à minha situação no grupo: nem inteiramente de “dentro”, nem completamente de “fora”. Com a ressalva de que, neste caso, não se tratava mais de uma situação de “liminaridade”, e sim de um recurso deliberadamente construído para que pudesse sair do impasse original e realizar a pesquisa proposta.

A redação de minha dissertação de mestrado, por sua vez, implicou um esforço deliberado de “estranhamento” e de desligamento emocional em relação ao objeto pesquisado. Os problemas que se apresentaram no momento da redação da etnografia sobre o SOS-Mulher, em função do tipo específico de relação que estabeleci com meu objeto de estudo, permitem uma analogia, guardados os diferentes propósitos, com os de Guilherme de Baskerville, frei franciscano, e de Adso de Melk, noviço beneditino. Ao findar do ano de 1327, ambos viram-se envolvidos em uma trama de complicados acontecimentos, ocorridos numa abadia italiana. Guilherme fora designado pelo abade para descobrir o mistério que rondava a morte de cinco religiosos seguidores da ordem beneditina. Tarefa a que se juntou Adso, seu discípulo e escrivão. Com argúcia os dois foram recompondo os fios da trama e descobriram que estes se ligavam aos interstícios da biblioteca: depositária dos saberes mais cobiçados da época e, simultaneamente, guardiã das pistas ainda indecifráveis.

Munidos de grande habilidade e de uma espevitada voracidade intelectual, Guilherme e Adso entraram no templo venerado e certificaram-se de que a biblioteca havia sido construída sob a forma enigmática de um labirinto. Nesse momento, iniciam um sugestivo diálogo:

“O que é?” – perguntou Adso.

“Pensava num modo de nos orientarmos no labirinto. Não é fácil realizar, mas seria eficaz ... No fundo, a saída é no torreão oriental, e isso nós sabemos. Agora suponha que nós tivéssemos uma máquina que nos dissesse de que lado fica o setentrião. O que aconteceria?” – perguntou Guilherme.

“Que naturalmente bastaria virar à nossa direita e estaríamos voltados para o oriente. Ou então bastaria andar em sentido contrário, e saberíamos estar indo para o torreão meridional [...] Então vamos pegar a pedra de Severino, e um vaso, água, e uma rolha” – disse, excitado, Adso.

“Devagar, devagar” – respondeu Guilherme. “Não sei por que, mas nunca vi uma máquina que, perfeita na descrição dos filósofos, seja depois perfeita em seu funcionamento mecânico [...] Espera, tive uma outra idéia. A máquina marcaria setentrião mesmo se estivéssemos fora do labirinto, não é verdade?”

“Sim. Mas aí não nos serviria, porque teríamos o sol e as estrelas” – argumentou Adso.

“Eu sei, eu sei”, disse – Guilherme. “Mas se a máquina funciona seja dentro, seja fora, por que não deveria ser assim com a nossa cabeça?”

“A nossa cabeça? Claro que ela funciona também, e de fora sabemos muito bem qual é a orientação do edifício! Mas é quando estamos de dentro que não compreendemos mais nada!” – acrescentou Adso.

“Justamente”, disse Guilherme. “Mas esquece a máquina agora. Pensar na máquina induziu-me a pensar nas leis naturais e nas leis do nosso pensamento. Eis o ponto: **precisamos encontrar por fora um modo de descrever o edifício como ele é por dentro.**”⁶

Ao iniciar a redação da etnografia sobre o grupo feminista SOS-Mulher, encontrava-me numa situação parecida com a que foi descrita acima. Tive então de enfrentar o desafio de “encontrar por fora um modo de descrever o grupo como ele era por dentro”. O que exigiu não um movimento de me “colar” ainda mais a sua realidade, mas um movimento inverso, no sentido de proceder a um recuo temporal, analítico e subjetivo em relação ao material recolhido pela pesquisa.

* * *

O que escrevi há cinco anos sobre a relação sujeito–objeto em uma pesquisa antropológica atravessada pela questão da militância me parece hoje um pouco decepcionante do ponto de vista intelectual. Afinal, isto não está muito longe daquilo que Durkheim, em 1895, propunha nas *Regras do método sociológico*, ao insistir na necessidade de tratar os fatos sociais como coisas. De maneira brilhante e polêmica, Durkheim, ao mesmo tempo em que mostrava que o social só se explica pelo social, construía uma representação do sociólogo como uma espécie de espectador soberano e imparcial a sobrevoar seu objeto de estudo. Se já não é mais possível – e muito menos desejável – sustentar a objetividade nos termos propostos pelo fundador da sociologia francesa, como pensá-la hoje?

Evidentemente não tenho, nem posso ter, a pretensão de responder esta questão. Gostaria, no entanto, de encerrar este texto a partir da afirmação inicial que lhe deu origem, com o propósito de contribuir para o debate a respeito da relação entre a objetividade, a ética e a militância na pesquisa antropológica. Acredito ser importante pensarmos sobre a lógica da compreensão que organiza a nossa percepção, apreensão e construção dos nossos objetos de investigação. Ou, dito de outro modo, sobre a maneira como nós, enquanto cientistas sociais, temos enfrentado o trabalho de objetivar a objetivação. No caso, a *nossa* objetividade em relação à objetividade dos *outros*.

Esta reflexão me parece prioritária para entender o tipo de ciências sociais que estamos construindo no Brasil, visto que nos dedicamos sobretudo ao estudo de nossa própria sociedade. Situados em uma posição periférica em relação aos centros de produção científica, tendemos, enquanto antropólogos, a levar ao paroxismo o pressuposto básico do discurso e da prática psicanalítica, qual seja, o de que os outros somos nós – ou, o que vem a dar no mesmo, de que nós somos os outros. A afirmação de Merleau-Ponty – de que a antropologia “não

é uma especialidade definida por um objeto particular – as sociedades ‘primitivas’ – é a maneira de pensar que se impõe quando o objeto é ‘outro’ e que exige a nossa própria transformação”⁷ –, embora brilhante para definir a abrangência da disciplina, parece no entanto insuficiente para circunscrever a antropologia que vem sendo feita no Brasil. As fronteiras entre a sociologia e a antropologia (com exceção da etnologia em sentido estrito) são, no nosso caso, muito menos demarcadas do que nos países centrais, responsáveis pela produção dos paradigmas antropológicos que atualizamos em nossa disciplina.

A necessidade de compreender a lógica da compreensão que preside a nossa compreensão dos objetos que estudamos passa, a meu ver, pela necessidade de compreendermos também a lógica que organiza a nossa compreensão da antropologia, leia-se também sociologia, que fazemos hoje no Brasil. Com a esperança de que esta questão não seja apenas o resultado de uma obsessão pessoal, espero que ela possa contribuir para estimular posteriores debates. Hoje já não estudo mais o feminismo e as mulheres; migrei de área. Mas continuo perseguindo o mesmo problema de fundo que tentei enunciar aqui. Com o intuito de fazer uma análise das transformações que se produziram no campo intelectual paulista, nas décadas de 30, 40 e 50, estou começando uma pesquisa sobre a primeira geração de sociólogos formada pela Universidade de São Paulo, integrada por uma leva de destinos mistos. Isto é: por cientistas sociais que tinham um pé na sociologia e outro na literatura, como Antonio Candido, para citar um dos nomes mais conhecidos dessa geração. Mas isto já é uma outra história, em muitos sentidos a nossa, mas, em outros, exclusivamente a deles.

Notas

- * Comunicação apresentada em 10 de setembro de 1991 na mesa “Ética, Militância e Objetividade”, no seminário temático promovido pelo Departamento de Antropologia da USP sobre Relações Sujeito–Objeto na pesquisa antropológica.

- 1 O resultado dessa pesquisa encontra-se na minha dissertação de mestrado *Do palco aos bastidores: o SOS-Mulher (SP) e as práticas feministas contemporâneas*, defendida em novembro de 1986 no conjunto de Antropologia da Unicamp. No primeiro capítulo da dissertação, procuro situar, por um lado, o movimento feminista no campo político-ideológico definido pelos movimentos sociais (notadamente os de natureza libertária ou alternativa) e no conjunto da produção analítica interessada em pesquisar sua constituição e trajetória específicas. Por outro lado, reconstruo a história do movimento feminista em São Paulo, a partir da segunda metade da década de 70 e início dos anos 80, por meio da exposição e caracterização dos grupos que o integravam e da apresentação dos principais eventos por eles realizados. No segundo capítulo, analiso alguns aspectos da prática, da dinâmica e da ideologia feminista com o objetivo de circunscrever melhor a peculiaridade desse movimento. Procuro mostrar que a análise do feminismo apenas do ponto de vista de sua organização formal (recusa às lideranças, ao profissionalismo, negação do sistema de representação, vivência do coletivismo enquanto forma de organização que fundamenta a ideologia do alternativo) é insuficiente para explicar a dinâmica interna do movimento, uma vez que esta é marcada por um processo ininterrupto de produção de oposição e segmentação entre os grupos que o compõem. Lutam para o reconhecimento da condição específica das mulheres mas, simultaneamente, parecem se organizar para assinalar diferenças internas. Nesse contexto, a identidade política dos grupos ganha sobretudo uma dimensão contrastiva. O terceiro e o quarto capítulos são apresentados sob a forma de uma etnografia dedicada à análise do grupo SOS-Mulher. Descrevo a trajetória do grupo tanto em termos de sua formação, prática, organização, dinâmica e relação com os demais grupos feministas, como em termos do gênero de militância e de militantes criados pelo grupo. Procuro mostrar que o SOS não pode ser analisado apenas em sua dimensão institucional, inscrita na lógica dos movimentos sociais libertários ou alternativos. Ele era também um *locus* de aprendizado de um conjunto de requisitos necessários para a aquisição de uma postura e de um comportamento militantes. A análise tentou mostrar que o SOS-Mulher se constituía, por um lado, como um espaço de aprendizado da militância feminista e, por outro, como um lugar de iniciação e conversão – feitas através de uma pedagogia feminista – das mulheres no universo cultural, simbólico, existencial e comportamental do feminismo. Por fim, analiso a crise vivida pelo grupo, no decorrer dos anos de 1982 e 1983 –

que culminou no fechamento da entidade SOS-Mulher – e faço um balanço do movimento feminista em São Paulo, após dez anos de atuação.

- 2 BOURDIEU, Pierre. 1984. *Homo academicus*. Paris, Les Éditions de Minuit, p. 31, grifos meus.
- 3 LÉVI-STRAUSS. 1974. “Introdução à obra de Marcel Mauss”. Mauss, Marcel, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU/Edusp, p. 18.
- 4 BOURDIEU, Pierre. Op. cit., p. 47.
- 5 DURHAM, Eunice. 1983. “Antropologia hoje: problemas e perspectivas”. São Paulo, mimeo.
- 6 Trechos extraídos do romance de Umberto Eco. *O nome da rosa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 249-51, grifos meus.
- 7 MERLEAU-PONTY. 1980. “De Mauss a Claude Lévi-Strauss”. *Os Pensadores*. São Paulo, Abril Cultural, p. 199.

ABSTRACT: Reflecting on the delicate position of the knowing subject who is, simultaneously, the subject and object of his or her inquiry, this paper proposes to discuss the pertinency of the debate concerning objectivity in the social sciences. It deals with problems which the author encountered as someone who, for a brief period, was involved in a movement which was the object of her study. A possible solution to some of the dilemmas which arise in situations such as this may lie in meticulous reflection by anthropologists and sociologists on the processes of constructing their research objects.

KEY-WORDS: objectivity, construction of the research object, subject-object relation, cognoscent subject.

Recebido para publicação em junho de 1993.